



como os de Ipu-uer foram escritos numa época posterior aos acontecimentos que se «previam».

Uma revisão mais cuidadosa teria evitado a apresentação de certas palavras à moda francesa: Maât (em todo o livro) em vez de Maet (ou Maat), Ipou-our em vez de Ipu-uer, Séthi I devia ser Seti I, Pepiankh e não Pépi-ânkh, Hapu e não Hapou, podendo as formas afrancesadas de Kahoun, Saqqara e Gizé ser substituídas por Kahun, Sakara e pela prosodicamente mais correcta Guiza; devia estar Ankhesneferibré (e não Aknkhes-nefer-ib-rê), Khakheperréseneb (e não Kha-keper-rê-seneb), Sehetepibré (e não Séhetep-ib-rê), Bakenhonsu (e não Bakhen-khonsou), Renpetnefert (e não Renpet-Néfétet), Rediu (e não Rediou), entre outras anomalias. É ainda de lamentar que nome do egiptólogo alemão S. Schott venha como Scott (p. 15), que a Estela de Florença 1572 seja aqui a *Estela Florence* (p. 43), Ptah-hotep aparece como Ptahotepe (em todo o livro), Merikaré está adulterado como Merykare. Lembremos, enfim, que as estátuas egípcias assentavam sobre pedestais ou sobre bases em vez de estarem «poisadas» (p. 9).

A falta de conhecimentos de egiptologia detecta-se ainda na errada utilização de expressões como «Novo Império» em vez de Império Novo (p. 11) e na opção pelo já desusado Rá em vez da mais correcta forma de Ré que desde há mais de vinte anos se foi impondo nos textos egiptológicos (várias editoras continuam a martelar na ultrapassada forma de Rá, quando não mesmo na mecânica versão afrancesada de Râ ou de Rê, assim mantida em versões portuguesas).

**Luís Manuel de Araújo**

**CHRISTIAN JACQ**, *O Egipto dos Grandes Faraós. A História e a Lenda*, Edições ASA, Porto, 1999, 253 pp., ISBN 972-41-2046-5

Comprovando que desde há uns dez anos a esta parte os títulos sobre o Egipto faraónico estão na moda em Portugal, as Edições ASA (ASA Editores II) não quiseram ficar para trás e, depois de *As Rainhas*, também da autoria de Christian Jacq, decidiram editar o presente volume. A obra divide-se em vinte capítulos, cada um deles dedicado a um soberano ou a vários (cap. 5: «Quéops, Quéfren e Miquerinos, ou o reinado dos gigantes»). Começa com o rei Escorpião (pp. 29-41) e o «nascimento da nação» com Menés (pp. 43-50), seguindo-se Djoser (pp. 51-68), Seneferu (pp. 69-73) e os reis construtores das pirâmides de Guiza (pp. 75-94). «O reinado mais longo da história» é a

evocação de Pepi II (pp. 95-102), o nome helenizado de Sesóstris serve para lembrar os soberanos e o «sorriso do Império Médio» (pp. 103-117), o também helenizado nome de Amósis remete para o libertador Ahmés, fundador da XVIII dinastia (pp. 119-124), e a «rainha-faraó» Hatchepsut aparece nas pp. 125-135. Vêm depois Tutmés III (pp. 137-148), Amen-hotep II (pp. 149-152), Tutmés IV (pp. 153-156) e Amen-hotep III (pp. 157-169), com a opção pelas formas onomásticas gregas correspondentes. Ao «herético» Akhenaton (pp. 171-186) segue-se «o desconhecido» Tutankhamon (pp. 187-196), para um posterior regresso à ortodoxia amoniana acentuada nos reinados de Seti I (pp. 197-200) e de Ramsés II (pp. 201-218). Com Ramsés III (pp. 219-226), Nectanebo II (pp. 227-229) e Cleópatra (pp. 231-242), termina a glória do Egípto. A um breve texto de conclusão («Um último olhar, p. 243) seguem-se os dados cronológicos (pp. 245-249) e uma bibliografia sumária (pp. 251-253), fechando um volume que não foi traduzido e revisto com o necessário cuidado e profissionalismo.

O mau trabalho de preparação e revisão do texto detecta-se logo no mapa da p. 8 com vários erros: Naukratis em vez de Naucrátis, Heracleópolis em lugar de Heracleópolis, Boyto em vez de Buto, Nopata em lugar de Napata, Alep em vez da conhecida Alepo, enquanto a cidade portuária síria de Ugarit aparece aqui como Ugarte.

Lamenta-se que surjam termos egíptológicos impróprios, como «moca» em vez da conhecida maçã exibida pelo faraó, «carruagem» em lugar do típico carro egípcio, «tanga» em vez de saíote (sobretudo no caso do *chendjit* real), «rolos» quando deveria estar cartela. Outro aspecto insólito detecta-se no «estojo peniano» (que nem vem no dicionário) em lugar do típico estojo fálico usado pelos vizinhos líbios (p. 38) amiúde representados na arte. A notória falta de conhecimentos de História Antiga, neste caso de História do Egípto, quer da tradutora (Maria Bragança) quer dos serviços de revisão, levou ao aparecimento de expressões como «gerziano» (p. 31) em vez de guerzense, e de Antigo Império, Médio Império e Novo Império, passados mecanicamente do francês, em lugar dos habituais Império Antigo, Império Médio e Império Novo. Não deixa de ser lamentável a opção invulgar e complicada da numeração das dinastias egípcias por extenso («segunda dinastia», «décima segunda dinastia», e muitas outras), quando para este caso é uso recorrer aos números romanos: II dinastia, XII dinastia...

Na intenção de «facilitar» a vida aos leitores, decidiram os serviços de revisão da ASA «simplificar» os nomes dos faraós egípcios, e então passaram Akhenaton para Aquenaton em todo o livro; «Taarca»

é uma forma errada do nome do rei Taharka (p. 20); o conhecido imperador romano Caracala passa a ser aqui «Carcala»; optou-se por Ptolomeu em vez do mais correcto Ptolemeu, para já não falar do estranho «Pompeu Auleta» em lugar de Ptolemeu Auleta (p. 233). A p. 245 apresenta-nos uma enxurrada de nomes reais egípcios disparatados, com os Hórus das primeiras dinastias praticamente todos abandonados: Hetepsekhemui é aqui «Hotepsequemui», Peribsen é só «Perbsen», Khasekhemui passa a ser «Qasequemui», Sekhemkhet é encolhido para «Seqmet»; mais à frente, na p. 247 aparece o rei Ai que já tinha sido «Ay» nas pp. 190-191, na p. 248 Bocoris é rebaptizado em «Nocoris», para na página seguinte em lugar de Amirteus nos aparecer um tal «Amyrté». Alguns funcionários recebem neste livro novos nomes: assim, Ahmés acabou por ficar só Amés (pp. 123 e 125), o sumo sacerdote Hapuseneb é aqui Hapusenen (p. 146), Rekhmiré fica com o apelido «português» de Requemiré (p. 146), Minmés passa a Mimnósis (p. 151), o arquitecto Mai passa a Mav (p. 214; e note-se que o som *v* nem sequer existia em antigo egípcio!).

Também os nomes dos deuses não foram poupados, e como seria de esperar em obras que, como esta, são «revistas» de forma desordenada, lá aparece o inevitável Ra em vez de Ré. Há mais de vinte anos que se deixou de escrever Ra (ou Râ, como aparece por vezes). Não deixa por isso de ser bizarro que o revisor da ASA tenha optado pela forma de Ra mantendo no entanto as terminações com o nome do deus solar em Sahuré, Neferirkaré, Niuserré e Merenré... (veja-se no entanto a contradição de apresentar o prenome real de «Usermaat-Rá» na p. 216 em vez da forma correcta de Usermaetré!). Na p. 25 a deusa Nekhbet foi nacionalizada para Neqbet, na p. 37 o deus Hapi é Hapy, na p. 49 o deus Sobek tem a lusitana forma de Sebeq, na p. 54 Khnum passou a ser Knum, enquanto a deusa Sekhmet é Seqmet (p. 57), o deus Consu (p. 166) em vez de Khonsu e a deusa Munt (p. 166) em vez de Mut – que na página seguinte já aparece correctamente escrita! Grosseria indesculpável é a transformação da divindade sincrética Khepri-Ré-Atum na aberração de «Qepri-Ra-Aton»!!! Como se não bastasse a abusiva mutação de Khepri para «Qepri» e de Ré para «Ra» transformaram o deus Atum em Aton, que para aqui não era chamado (p. 153)! – Como a tradutora e o revisor não conheciam o deus Atum de lado nenhum (mas que chalice esta confusão de deuses com nomes tão esquisitos!...), despejaram para o papel o nome porventura mais conhecido de Aton. Pior do que esta, talvez só a opção por uma desconhecida divindade «Horaqty-Ton» em vez de Horakhti-Atum, uma forma sincrética do deus Horakhti, isto é, Hórus do Horizonte, e o demiurgo Atum de

Heliópolis (p. 213). Também alguns topónimos sofreram adulterações na sua redacção: Dacla em vez de Dakhla; Baaria em vez de de Bahareia; as pedreiras de Hatnub passam a ser de Hatnud (p. 98), em vez de Tura vemos Ura (p. 98), a ilha de Biga é aqui Biggê (p. 228), a região de Punt é chamada de Ponto... O Ponto é uma região do mar Negro frequentada pelos Gregos, o Ponto Euxino, onde os Egípcios nunca chegaram!

Não é necessariamente aportuguesando as coisas que se facilita a compreensão dos leitores, e por vezes isso conduz a situações ridículas como a que ocorreu na p. 9: aparece «Gaspar Maspéro» em vez de Gaston Maspero!!! A maníaca invenção dos acentos levou a redacção da ASA a preferir o nome de Maspéro acentuado quando o próprio nome em francês não o é. E também apanharam com irritantes acentos agudos os faraós Sėti e Pépi, tornando tónica a primeira sílaba sem qualquer explicação, vendo-se Tutankhamon brindado com acento em Tutancámon (mas surpreendentemente o deus Amon aparece escrito de forma correcta quando seria de esperar, com tão frustrante opção, que surgisse como Ámon). Veja-se depois Farafra, que é uma palavra grave, tornar-se na palavra aguda «Farafrá» (p. 30), enquanto o conhecido oásis de Kharga passa a ser «Cargé» (p. 30)

A desvairada perseguição às letras *h* e *k* vê-se um pouco por todo o livro. Sem qualquer base científica tiram o *h* do nome real de Sahuré na p. 99, quando já antes na p. 20 ele tinha aparecido escrito correctamente, o conhecido nome de Imhotep surge aqui «simplificado» em Imotep (p. 51). Quanto à ilha de Sehel perdeu o *h* na p. 53; a zona piramidal de Dahchur reduz-se para Dachur; a fortaleza de Buhen passa a ser Buen (p. 111), mas na p. 127 já vem bem escrita como Buhen; na p. 249 o rei Hakor troca o *k* por um *ch* e fica «Achóris». Um caso insólito é o do rei Menkauhor que na p. 246 aparece escrito como «Menkahuhor» – ou seja, tem um *h* a mais, certamente um *h* subtraído a outros nomes mas que aqui é desnecessário.

Estranhamente, e provando que não houve qualquer critério fixo e ponderado, o nome de Akhmim manteve aqui o habitual dígrafo *kh*, ao contrário do conhecido signo *ankh* que passou a *anc*, pelo que o sacerdote Djadjaemankh passou a ser apelidado de Djadjaemanc (p. 72). E enfim, o nome da Esfinge, que em egípcio era *Chesep ankh*, é aqui amarfanhado para *chesep anc*, o funcionário Nakht passou a ser Naqt, a divindade sincrética Ré-Horakhti é retorcida para Ra-Horaqty (quando na p. 173 se vê a variante, também ela errada, de Ra-Harqaty!), o príncipe Khaemuaset é aqui Qaemuase, e o santuário de Tutmés III no grande templo de Karnak conhecido pelo nome de *akh-menu* é aqui *anq-menu* (p. 145).

A utilização do hífen nem sempre é correcta, e há um displicente desregramento quanto ao uso de caixas altas e baixas: Sul e Norte devem ter inicial maiúscula quando se referem a regiões, o que não se verifica na p. 33, erro que se repete na p. 39 e noutras. O mesmo quanto a Leste e Oeste (p. 43) que deveriam ter inicial maiúscula por aludirem a regiões. As grandes épocas históricas devem escrever-se, como bem se sabe, com inicial maiúscula, e por isso em vez de «época greco-romana» deveria estar Época Greco-romana. Acrescente-se que deveria ser Pré-história e não pré-História (pp. 30-31), e que em vez de Papiros *Westcar* deveria estar no singular *Papiro Westcar* (p. 66). Deveria ter havido mais cautela na informação de que Ramsés fez trabalhos de restauro na Esfinge – ora como no Egipto houve onze faraós com este nome o leitor fica sem saber qual deles foi. Pior ainda é a expressão «Antigo Egipto» que se lê na p. 108 em vez de Império Antigo como no contexto se impunha.

Há anomalias de tradução: Akhenaton e Nefertiti aparecem representados com as suas filhas e não com os «seus filhos» (p. 27); nos templos erguem-se colunas papiriformes e não «coroas papiriformes» (p. 29); a tradução do nome Netjerirkhet é «mais divino que o corpo (dos deuses)» e não «que os corpos» (p. 52); deve ser reinado de Djoser e não «reino de Djoser» (p. 53), o profiláctico pilar *djed*, conhecido símbolo osírico, não é «uma espécie de árvore barrada por quatro traços horizontais» mas sim «encimada por traços horizontais» (p. 63), em vez de um «comprido vestido ritual» Djoser enverga uma túnica jubilar (p. 65); na estatuária a rainha segura a perna do esposo e não «o calcanhar» (p. 66); no interior da Grande Pirâmide não havia «grades em granito» mas sim blocos a impedir o acesso (p. 79); Sesóstris I (Senuseret I) não aparece nas inscrições como o «filho de Aton» mas sim como filho de Atum, que são deuses diferentes (p. 104), voltando esta barbaridade na p. 106, quando em vez do deus Atum aparece fora de contexto o deus Aton! Finalmente registe-se que em lugar da «carruagem aparatosa» (?!) como se vê na p. 155 estaria melhor o carro de aparato ou carro cerimonial. Nota-se em todo o volume a preferência pela expressão Duplo País, passada directamente do francês «Double Pays», quando ficaria melhor a designação de Duas Terras para reflectir a forma egípcia de *Tau* (plural dual a partir do substantivo *ta* com o significado de terra).

Algumas imprecisões já vinham no próprio original: assim, a tradução do nome de Ramsés não é «nascido de Ré» mas sim «o deus Ré criou-o» (do egípcio *Ramessu*); Quéops não tem qualquer tradução pois é uma adulterada versão grega do nome egípcio *Khufu*, este sim, com a tradução portuguesa de «que ele (o deus) me proteja»; é

muito duvidoso que Ramsés II tenha obtido a vitória na batalha de Kadech como diz o autor na p. 214. Outras podem cominar-se à tradutora e à revisão: melhor do que os «Servidores de Hórus» da p. 30 ficaria «Seguidores de Hórus» (do egípcio *Chemsu-Hor*, o nome dos misteriosos soberanos das «dinastias divinas»). Registe-se ainda que é abusivo chamar «cidade» ao sítio pré-dinástico de Merimdé Beni Salamé (p. 31), e o deus falcão não «submeteu o rei» como se diz na p. 44, mas sim «converteu-se no rei».

*Luís Manuel de Araújo*

**CHRISTIAN JACQ**, *O Mundo Mágico do Antigo Egipto*, Edições ASA, Porto, 2000, 181 pp., ISBN 972-41-2216-6

De novo as Edições ASA (ASA Editores II) publicam a versão portuguesa de um original de Christian Jacq, um dos mais conhecidos mas não por certo «o mais reputado dos egiptólogos franceses» como se afirma na contracapa do volume.

À Introdução, intitulada «A magia eterna» (pp. 9-32), seguem-se nove capítulos, apresentando o primeiro «O mágico, homem do conhecimento» (pp. 33-52), seguindo-se «Os poderes do mágico» (pp. 53-64) para nos inteirarmos das práticas mágico-litúrgicas realizadas nos templos. No capítulo III evocam-se «Os utensílios mágicos» (pp. 65-75), depois vem «O domínio dos elementos» (pp. 76-86), «O mágico face às divindades» (pp. 87-100), «Os combates do mágico» (pp. 101-122), «Magia e medicina» (pp. 123-148), «O amor mágico» (pp. 149-157), e por fim «O mundo animal» (pp. 158-173).

Segue-se um breve apêndice estabelecendo a comparação entre «Magia egípcia, magia cristã» (pp. 174-176), dado que «os coptas, cristãos do Egipto, não esqueceram a antiga magia, retomaram muitos aspectos dos rituais e dos processos mágicos utilizados na época faraónica. Cristo, a Virgem, os santos e os anjos sucederam aos deuses e às deusas» (p. 174). No Epílogo (pp. 177-178) afirma-se que se os Egípcios «utilizaram a magia foi porque a civilização, o laço subtil entre todas as formas de vida, lhes apareceu como um combate com o real» (p. 178).

Dos vários erros que o texto apresenta registe-se as anomalias com os nomes de Hapu (aqui erradamente como Apu na p. 10), e o que vem na p. 153, ao trocar-se o deus Atum por Aton, que é outra divindade e que no contexto resulta num crasso dislate; na mesma